

Sobre o monumento a Machado de Assis

A Academia de Letras promove uma subscrição publica em benefício d'um monumento a Machado de Assis.

Notas de arte

Com a morte do seu homônimo e colega Batalha, ficou Bernstein quasi que só na classe dos escritores de theatro, cujas peças, em Paris, são esperadas com ansiedade, e no resto do mundo, com um vivo e curioso prazer.

Parahyba

Parahyba — Domingo, 25 de abril de 1926

Registo

FAZEM ANOS HOJE: — O pequeno Luiz Dias Lemos, filho do sr. José Dias Lemos, comerciante em Arapiraca.

A estatística postal na Europa

A Alemanha bate o "record" em volume de correspondência no Velho Mundo; no Novo, os Estados Unidos.

Vida judiciária

CRIME DE CONSPIRAÇÃO — Vistos os autos do crime de conspiração contra a República, tendo em vista o inquérito policial de fls. 12, denunciado, em 12 de fevereiro, Aristoteles Souza Dantas, Loureiro Serôa da Motta, oficiais do exercito, Plínio de Araújo Coriolano, ex-aluno do Colégio Militar, ex-avogado Porto, Agrippino Pereira dos Santos, Manuel Rosalvo de Góes e Nicomedes Moraes de Andrade Lima, ex-militares nacionais, Elmano Moreira e José Thaumaturgo Borges, civis, Luiz Ramalho Siqueira e Agnaldo Garcia, funcionários do exercito, Miguel Costa e Carlos Prestes, oficiais também do exercito, como responsáveis pelos factos que expõe na denúncia, que foi recebida.

Noticiário

Já se encontram concluídos os trabalhos de construção do grupo escolar da villa do Ingá, que está sendo entregue ao sr. João Liberto.

Actos officiaes

2ª audição de piano dos alunos do prof. Gazzi Sá.

Capital e os revoltosos que pen-

etravam nas fronteiras do Estado.

Não ficou provado também o cri-

me do art. 126 alínea 2.ª do Estatuto

terio publico impropriedade por este

lado a denuncia. E assim não carac-

terizado o crime de conspiração,

esta o do art. 124 § 1.º do Cod. Pen-

al, pela competencia da Justiça

Penal.

Taes foram os tramites do sum-

maria, de que passo a tomar con-

hecimento.

Depizeram no sumario 10 tes-

temunhas, sendo uma Informante

(fls. 89 a 93), o sargento do Corpo

de Bombeiros, Francisco Pedro dos

Santos, centro de preciosas infor-

mações pelo papel que representa-

ção na elaboração dos aconteci-

mentos que foram suffocados pela

policia nas primeiras horas de 5

de fevereiro.

Em solidariedade apparente com

o tenente Souza Dantas, accompa-

nhou a elaboração do plano, desde

que o mesmo tenente chegou a esta

Capital para preparar o mo-

vimento revolucionario, para que

aquelle sargento havia sido con-

vidado em principios de janeiro pelo

sargento do exercito Luiz Ramalho

Siqueira, ex-instructor do Collegio

Diocesano, que veio do Recife es-

pecialmente para esse fim, reti-

rando-se em seguida, certo do apelo

promettido. Do occorrido deu sci-

encia ao Presidente do Estado, que

aguardava o momento de agir com

segurança e efflicacia.

Por sua vez, o curador do me-

nor José Thaumaturgo Borges as-

simula que em face do texto do art.

115 do Código Penal não se ca-

cterizou a conspiração, pela au-

sencia dos requisitos que consti-

tuição da conspiração, e que, por-

tanto, não se encontram na denuncia.

Ainda sustenta que em vista do

art. 124 § 1.º do Código Penal,

também não se caracterizou o cri-

me de resistência, em que foi de-

nunciado o crime de resistência, des-

envolvendo o curador em longas con-

siderações os pontos da defesa.

Por sua vez, o curador dos au-

sentes allega a nulidade do sum-

maria pela preterição de formal-

idade substancial, como seja a ex-

cepção de dois; e tal preterição

não é justificavel, quer em face do

decreto n. 3.084, parte 2.ª, art. 177,

quer em face dos decretos 1.488

de 13 de agosto e 16.561, de 20 de

agosto de 1924, art. 5.º.

E quando, mesmo nullo não fosse

o sumario, a denuncia seria im-

procedente, por não se ter caracte-

rizado o crime de conspiração (art.

115 do Cod. Penal) pela ausencia

de agentes no numero de 20 no

minimo. Não verificada a existen-

cia da conspiração, desaparecem

as figuras dos crimes de resis-

tencia, 124 § 1.º e 126 do Cod. Pen-

al; aquelle pela indeterminação

da autoria, e este por não ser pro-

vida a distribuição dos impressos

por mais de 15 pessoas, e ambos

por não se poderem destacar como

delictos diversos. E quando mesmo

estas razões não bastassem para

uma absolvição, a denuncia, po-

diam os réus caratelaes, pediam

em face do art. 116 do Cod. Penal,

atendendo a declaração do menor

José Thaumaturgo, que os de-

nunciados haviam desistido de qual-

quer manifestação, aguardando a

hora para o regresso ao Rio de

Janeiro, e em vista do art. 5.º § 2.º

do decreto n. 16.561, de 20 de

agosto.

dessa sociedade carnavalesca, á rua

B. Roban, realiza-se hoje, das 10

até ás 15 horas, uma matinee dan-

çante, na qual tomarão parte os

socios e pessoas convidadas. To-

cará uma afimada orchestra.

Comissão Rockefeller

Pela saúde publica

Pede-nos o sr. dr. Gabriel Orma-

cheff, chefe da Comissão Rocke-

ffeller neste Estado, que renovemos

o appello feito aos srs. proprietarios

e moradores de cerca de 580 casas

que estão fechadas, para que facilitem

a visita da policia de doctores nas

mesas casas. Para isso bastará que

dêem a chave a um vizinho de

confiança, ou a mandem depositar

na sede da Prophylaxia Rural, á

rua Epitacio Pessoa, ou no escri-

tório da alludida Comissão á

rua Conselheiro Henriques n. 159.

Informamos o sr. dr. Ormachea

de que o serviço de policia sanitaria

já foi inaugurado na proxima villa

de Cabedello, devendo ser installa-

do também, imprerivelmente, na

segunda-feira, em Itabayana.

Noticiario

(Conclusão da 1.ª pagina)

Idem de Manuel do Carmo Ba-

pistão - Ao sr. agrimensor.

Idem de Araújo Rique & C.ª -

Deferido, em vista da informação.

Idem de Roque Falcon - Em vis-

ta da informação, deferido.

Idem de Abílio Dantas & C.ª -

Deferido, em face da informação.

Idem de José de Barros Moreira

- Desde que o requerente tenha

saída de intimação do Saneam-

ento, deferido, pagando o que for

de direito.

Idem de João Moreira de Lima -

Deferido, para receber cobertura de

telha e não de palha a construção

requerida.

Idem de A. Deolinda da Silva

Coelho - Indefido.

Portaria recommendada ao sr.

João Severiano de Assumpção, guar-

dando municipal destacado na Praia

de Tambá, que por hypothese al-

guma permita que na referida

praia sejam levadas a effecto con-

struções de quaisquer especies,

que excedam ao alinhamento das

casas ora existentes em f.ente ao

comoro da alludida praia.

Officio do sr. José Teixeira de

Vasconcellos, director geral da

Hygiene do Estado, pedindo 500

litros de vacina contra a varíola

para os medicos da Prefeitura va-

ciarense e vacinarem todos os

alunos das diversas escolas mu-

nicipaes.

Idem, idem, que continúa a vo-

ssa disposição o sr. José Nobrega,

secretario da Prefeitura, com uma

turma, o qual, desde o dia 3

do mez fluente, vem empregando

a sua actividade junto a essa re-

partição.

O sr. dr. chefe de policia assi-

gnou portarias exonerando o ci-

dadão Alino Correa Leite do cargo

de carcereiro da cadeia de Serra-

ria; nomeando para substitui-lo

o cidadão Francisco Fernandes; e

nomeando o cidadão Benedito Celso

Dantas para o cargo de 1.º sup-

plente do delegado de Pichuy.

O sr. chefe de policia do 2.º

Parte official

Administração do sr. dr. João Suassuna

Decreto n. 1428, de 24 de abril de 1926

Crêa a Repartição de Saneamento da Parahyba, regulamenta-a, e dá outras providências.

Doutor João Suassuna, presidente do Estado da Parahyba, tendo em vista o que dispõe a alínea XXVI, do art. 3.º da lei n.º 628, de 5 de dezembro de 1925, e usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do art. 36 da Constituição Estadual,

DECRETA:

- Art. 1.º — Fica, desde já, creada a Repartição de Saneamento da Parahyba, com as secções de Esgotos e Águas, a qual se regerá pelo Regulamento Geral appenso.
- Art. 2.º — Ficam revogados os decretos n.º 763, de 29 de dezembro de 1915, e 1.173-A, de 1 de janeiro de 1923.
- Art. 3.º — É desmembrada da Directoria de Obras Publicas a secção de Abastecimento d'água.
- Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario de Estado faça publicar o presente decreto, expedindo as ordens e communicações necessárias.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 24 de abril de 1926, 38.º da Proclamação da Republica.

(Ass.) — João Suassuna

Saneamento da Parahyba

REGULAMENTO GERAL

TITULO I

Da organização e fins da repartição

Art. 1.º — A repartição «Saneamento da Parahyba», creada em virtude do decreto do governo n.º 1.428, de 24 de abril de 1926, terá a seu cargo a execução e a manutenção dos serviços de abastecimento d'água, de esgotos sanitarios e pluviais, ficando sujeitos á sua administração e ao presente Regulamento Geral os serviços novos e os serviços antigos aproveitaveis de um modo definitivo ou provisório.

Art. 2.º — Os serviços serão distribuidos pela administração (directoria, contabilidade, pagadoria e almoxarifado) e pela secção tecnica (abastecimento d'água potavel, esgotos sanitarios e pluviais e officinas).

Art. 3.º — O presente Regulamento Geral será completado e desenvolvido:

- pelo Regimento Interno da Repartição;
- pelas Instruções e Especificações técnicas.

§ 1.º — O «Regimento Interno» prescreverá os deveres dos funcionarios e fará a distribuição dos serviços, de accordo com o quadro que o governo organizar e o schema annexo, attendendo ás necessidades normaes e ás temporarias dos serviços. A administração superior comprehenderá um director, um engenheiro ajudante (chefe da secção de aguas, esgotos e officinas), um chefe da contabilidade (contador), um almoxarife e um pagador. O Regimento Interno será revisto de cinco em cinco annos e pôsto em execução depois de approved pelo governo.

§ 2.º — As «Instruções e Especificações» desenvolverão as instruções técnicas e administrativas constantes do presente Regulamento Geral e serão revistas e submettidas á approvação do governo, quando o director da Repartição julgar conveniente.

TITULO II

Abastecimento d'água

Art. 4.º — O serviço de abastecimento d'água comprehenderá o serviço antigo, o novo e as suas extensões, de accordo com o desenvolvimento da cidade, aos quaes o presente Regulamento será igualmente applicado.

Art. 5.º — O governo adquirirá, o mais breve possível, a área necessaria a proteger as zonas ou as bacias hydrographicas destinadas ao abastecimento d'água potavel e as que julgar necessárias á ampliação futura do serviço.

Art. 6.º — Nas propriedades adquiridas pelo Estado será impedida a habitação, mesmo a dos guardas do serviço, nas situações em que ella possa prejudicar a pureza das aguas destinadas ao abastecimento da cidade; serão demolidas as casas existentes na zona de protecção, inutilizadas as pastagens e impedida a permanencia de animais e pessoas fóra das horas de serviço e ás extranhas ao serviço.

Art. 7.º — Nas propriedades particulares existentes nas bacias hydrographicas das aguas, superficies ou subterraneas, destinadas ao abastecimento, serão prohibidos os despejos, as estrumeiras, as pocilgas, os adubos, etc., em condições de prejudicarem directa ou indirectamente a pureza dessas aguas, a juizo do director da Repartição e da Directoria de Hygiene do Estado.

§ 1.º — A transgressão das medidas prescriptas neste artigo dará lugar á imposição de multas de cem mil réis. (100\$000) a dois contos de réis. (2.000\$000); este maximo da multa será imposto nos casos graves de forte poluição dos cursos pelos residuos industriais; as multas serão levadas ao dobro em cada reincidencia.

§ 2.º — A acção repressiva será inicialmente precedida de intimação para o correctivo necessario e a Repartição marcará um prazo razoavel para a execução das medidas por ella indicadas para o tratamento conveniente, remoção ou suppressão do serviço nocivo; caso as medidas transitorias de tratamento ou de remoção não dêem o desejado resultado, a juizo do director da Repartição e da Directoria de Hygiene do Estado, a suppressão immediata do serviço nocivo se imporá, sem direito a reclamações ou indemnizações.

Art. 8.º — O governo providenciara sobre a conservação, replantio e exploração racional das mattas, nas zonas ou nas bacias hydrographicas destinadas á alimentação potavel, tanto nas terras de propriedade do Estado, como nas partes altas dos terrenos particulares, vertentes para os mananciaes, a montante das respectivas obras de captação ou de tomada das aguas.

§ 1.º — Consideram-se «partes altas» dos terrenos vertentes a superficie comprehendida entre o terço superior das distancias horizontaes medidas pelas linhas de maior declive do sopé dos morros á linha approximada de divisão de aguas.

§ 2.º — As medidas relativas á conservação, replantio e exploração racional das mattas, adoptadas em lei ou código florestal, serão applicadas com maior rigor nos casos das bacias destinadas ao abastecimento d'água; na falta duma lei ou código florestal, e em casos omissos, vigorarão as presentes disposições regulamentares, ficando prohibida a devastação das mattas nas referidas zonas, sem prejuizo da exploração industrial e racional das mesmas, a juizo das directorias das Repartições de Saneamento e das Obras Publicas do Estado, ou das autoridades designadas para a direcção competente do regimen florestal.

§ 3.º — A exploração industrial das mattas, nas condições referidas no parágrafo anterior, fica sujeita aos impostos relativos ao caso.

§ 4.º — Os proprietarios não poderão impedir a fiscalização das suas mattas; a transgressão ao disposto no presente artigo e seus parágraphos, dará lugar á imposição de multas de cem mil réis (100\$000) a dois contos de réis. (2.000\$000), levadas ao dobro em cada reincidencia.

Art. 9.º — A vigilancia nas zonas de protecção será feita por pessoal capaz, a juizo do director da Repartição.

Art. 10 — O governo fará, periodicamente, analysar as aguas do abastecimento potavel, quando julgado conveniente, a juizo do director da Repartição e do de Hygiene do Estado.

Art. 11 — O serviço de abastecimento d'água será obrigatorio para todo predio ou domicilio situado dentro do perimetro da rede de esgotos sanitarios, ou suas extensões futuras, sendo executado independentemente de pedido do proprietario.

§ 1.º — Os predios situados fóra do perimetro da rede de esgotos serão abastecidos d'água, mediante requerimento do proprietario, a juizo do governo.

§ 2.º — A instalação obrigatoria terá preferencia á instalação facultativa, de accordo com o volume d'água disponivel para aquelle serviço.

Art. 12 — As quotas de consumo d'água e as contribuições ou taxas correspondentes, serão calculadas sobre os valores locativos das propriedades, as quaes, para este effeito, ficam divididas em classes distribuidas na Tabella n.º 1, annexa ao presente Regulamento:

- 1.ª classe: — as propriedades de valor locativo annual igual ou inferior a 300\$000, as quaes terão direito a quota de 15 metros cubicos, por mez, de supprimento mensal;
- 2.ª classe: — as propriedades de valor locativo annual de 300\$001 a 600\$000, quota mensal de 20 ms. cubicos;
- 3.ª classe: — as propriedades de valor locativo annual de 600\$001 a 1.000\$000, quota mensal de 25 ms. cubicos;
- 4.ª classe: — as propriedades de valor lo-

cativo annual de 1.000\$001 a 2.000\$000, quota mensal de 30 ms. cubicos;

- 5.ª classe: — as propriedades de valor locativo annual de 2.000\$001 a 3.000\$000, quota mensal de 35 ms. cubicos;
- 6.ª classe: — as propriedades de valor locativo annual superior a 3.000\$000, quota mensal de 40 ms. cubicos;
- 7.ª classe: — as repartições publicas federaes (inclusive a Alfandega e exclusive a exploração ferroviaria); as repartições estaduais e municipais; as escolas gratuitas que funcionem em edificios proprios; os templos religiosos e outros edificios que, pela sua natureza, não tenham valor locativo official ou arbitral, quota mensal de 40 ms. cubicos;
- 8.ª classe: — os estabelecimentos de caridade e de assistencia a cargo da Santa Casa de Misericordia ou de outra qualquer instituição pia congenera, funcionando em propriedades proprias; os logradouros, latrinas e mictorios publicos municipais, terão supprimento gratuito até as quotas maximas mensaes respectivas, fixadas pela directoria da Repartição, de accordo com as administrações dos estabelecimentos; exceptuam-se as propriedades pertencentes ás mesmas instituições e alugadas a terceiros;
- 9.ª classe: — as habitações collectivas normaes e os grupos de pequenas economias distinctas ou moradas (mocambos, cortiços e quadros), com instalação sanitaria collectiva e um só hydrometro na entrada; cada habitação collectiva ou cada grupo pagará a taxa das classes de 1 a 6, correspondente ao valor locativo global; a quota mensal para o grupo correspondente ás classes de 1 a 6, em que fór qualificado pelo valor locativo global;
- 10.ª classe: — os estabelecimentos de grande consumo ou de consumo industrial, pagarão as taxas correspondentes ás classes de 1 a 6, de accordo com o valor locativo, e terão direito ás respectivas quotas mensaes; os excessos de consumo serão pagos de accordo com o art. 13 e seus parágraphos;
- 11.ª classe: — os estabelecimentos do porto, dependencias e navios, terão o supprimento indistincto pago pela taxa (d).

Art. 13 — Os predios das classes 1 a 10 terão direito ás quotas de consumo maximo mensal, designados para cada classe e pagarão as taxas da Tabella n.º 1.

§ 1.º — O consumo excedente ás quotas mensaes baixas até 100 ms. cubicos acima destas quotas, será pago pela taxa (a) para as classes 1 a 6 e 9 e 10; pela taxa (b) para as classes 7 e 8.

§ 2.º — O consumo sobre excedente de 100 ms. cubicos será considerado «consumo industrial», seja qualquer a natureza ou a classe do predio e a applicação que se der á agua, excepção feita dos casos comprehendidos na 8.ª classe; será pago pela taxa (c).

§ 3.º — As estações de estradas de ferro, fabricas, officinas e estabelecimentos congeneres, federaes, municipais e de empresas arrendatarias ou concessionarias, tendo ou não direito á isenção de impostos federaes, estaduais ou municipais, não serão considerados nos casos da classe 7 e sim da classe 10; pagarão as taxas correspondentes ao valor locativo, sendo os excessos de consumo pagos pela taxa (a) e (c).

§ 4.º — O supprimento ao porto, 11.ª classe, comprehende toda a agua necessaria para alimentação e asseio, usinas, officinas e navios e será paga pela taxa (d), sem distincção de uso; a administração do porto cobrará aos navios a taxa que entender conveniente, não podendo esta exceder de 2\$000 a 2\$600, por m. cubico, de accordo com o cambio.

Art. 14 — As taxas da Tabella n.º 1 comprehendem os 20% adicionais, são variaveis com o cambio e serão cobradas de accordo com os arts. 113 e 114 das Disposições Geraes.

Art. 15 — As industrias que incorporarem a agua a productos de alimentação publica, como padarias, refinarias, fabricas de doces e outras congeneres, terão direito, desde que o requeiram, a uma quota excedente relativa ao emprego alimenticio, avaliada por peritos, a qual será paga pela taxa (a) da Tabella n.º 1; o sobre-excedente será considerado «consumo industrial» para officinas e geradores de vapores, etc., e será pago pela taxa (c).

Art. 16 — O serviço de ligação ou supprimento d'água ás propriedades comprehende o trecho externo ou derivação e o trecho interno ou distribuição domiciliaria. O trecho externo ou derivação, desde a ligação com o encanamento geral até o hydrometro, será executado exclusivamente pela Repartição de Saneamento; o hydrometro ficará collocado na propriedade, em lugar facilmente accessivel e situado, o mais proximo possível, do alinhamento municipal da rua (Est. annexa).

Art. 17 — O encanamento da derivação terá um registro de passagem ou fecho sob o «passo» da rua, isto é, proximo ao alinhamento municipal; este registro-fecho só poderá ser aberto ou fechado pelo pessoal da Repartição, incorrendo na multa de 50\$000 ou prisão, durante 15 dias, o infractor ou o interessado na infracção da presente prescrição.

Art. 18 — Nenhuma derivação d'água será feita sem que o proprietario assigne na Repartição o livro de termo de concessão e responsabilidade e pague a importancia estipulada no art. 19.

§ 1.º — A instalação do serviço d'água só pôde ser concedida ao proprietario da casa e a derivação é considerada como ligada á casa, de accordo com o art. 107 e seus parágraphos.

§ 2.º — As derivações para as instalações obrigatorias, de que cogita o art. 11 serão executadas mediante previo convite e aviso por meio de edital, com o prazo de 8 dias, para o proprietario assignar o respectivo termo; — a falta de comparecimento do proprietario para esse fim não impedirá a instalação d'água, ficando, porém, este sujeito á multa de 25\$000, que será cobrada conjuntamente com as despesas de instalação, por meio do executivo fiscal.

Art. 19 — Cada derivação d'água ou trecho externo de tipo normal terá a extensão maxima de 10 metros e o diametro de 1" (uma pollegada), embora o «ferrule» de ligação com o encanamento geral tenha o diametro de 3/4" e embora possa ser de 3/4" o diametro de distribuição interna nos pequenos predios de um só pavimento.

§ 1.º — Cada derivação d'água será paga pelo proprietario, no acto da assignatura do termo de responsabilidade ou concessão, pelos preços estabelecidos e approved pelo governo para o tipo normal e para os casos especiaes em que o diametro exceda 1" ou a extensão seja superior a 10 metros.

§ 2.º — O preço de uma derivação de tipo normal será de 45\$000, quando o cambio fór superior a 16; quando os preços dos materiaes variarem, sensivelmente, será calculado o preço médio para uma distancia de 7 metros, sendo o custo augmentado de 10%; esse preço médio, por derivação, será applicado até a distancia maxima de 10 metros.

§ 3.º — Para os casos especiaes de derivações com diametro superior a 1" ou com extensão superior a 10 metros, serão calculados os preços excedentes por metro linear, de derivação, os quaes serão applicados e cobrados conjuntamente com o custo da derivação normal; estes preços serão alterados para mais ou para menos, de accordo com as variações sensiveis dos preços dos materiaes de importação, e serão previamente approved pelo governo.

§ 4.º — Quando o serviço fór feito em ruas calçadas, sobre fundação de concreto, os preços das derivações, em qualquer distancia, serão augmentados de accordo com os preços de unidade que forem approved pelo sr. presidente do Estado.

§ 5.º — Quando a Repartição estabelecer o encanamento geral sob o «passo» da rua, ou collocar neste uma ramificação destinada ao supprimento de varias casas, as pequenas derivações para as casas lateraes terão, igualmente, o registro-fecho e pagarão as quotas acima estabelecidas para as distancias eguaes ou inferiores a 10 metros, sem direito a redução alguma.

§ 6.º — As quotas para a execução do serviço de «ligação» ou «derivação» não estão sujeitas ao imposto adicional.

Art. 20 — A conservação dos encanamentos de derivação até a porta de entrada, na distancia maxima de 10m,00, correrá por conta da Repartição, que os terá sempre em bom estado de funcionamento, salvo o caso de damno causado pelo proprio concessionario. Tendo o encanamento mais de 10m,00, a despesa do excedente correrá por conta do proprietario.

Art. 21 — Os canos para derivação serão de ferro galvanizado, de alta pressão, e assentados na profundidade de meio metro, pelo menos, no alinhamento de menor comprimento possível.

§ unico — É prohibida a collocação de juntas da canalização d'água dentro de poços e galerias dos esgotos sanitario e pluvial; esta collocação será também evitada em terrenos contaminados ou contaminaveis.

Art. 22 — O serviço de instalação ou distribuição domiciliaria, isto é, o trecho interno da derivação, a partir do hydrometro, será executado á custa do proprietario (art. 23), competindo a Repartição fazer a junção do encanamento interno ao hydrometro.

§ 1.º — Os encanamentos serão de ferro galvanizado e de boa qualidade, o diametro minimo será de 3/4"; os pequenos ramos para as caixas de lavagem das latrinas poderão ser de tubos de

chumbo com o diametro de 1/2".

§ 2.º — As canalizações, normalmente, não ficarão embutidas nas paredes e no concreto do piso; devem ser facilmente inspecionáveis.

§ 3.º — Nos predios de varios pavimentos convém levar o encanamento com 1" ou 1 1/2" de diametro, sem nenhuma torneira de tomada, até a altura do mais elevado ramal ou torneira; d'ahi descer então para o serviço dos pavimentos inferiores (Estampa annexa).

§ 4.º — A' jusante ou a montante do hydrometro será estabelecido um registro de passagem que permita ao morador do predio fechar o supprimento durante a noite.

§ 5.º — As torneiras-registros e torneiras de boia serão de bronze e taes que mantenham a vedação permanente, quando fechadas, sendo, em qualquer tempo, regeitadas pela Repartição as que forem julgadas defeituosas ou de typo inconveniente ao serviço; as torneiras de boia (exemplo nas caixas de descarga das latrinas) terão á montante um registro de passagem para o fechamento durante o concerto daquellas.

Art. 23 — As obras para distribuição d'agua nas casas, por conta dos proprietarios, serão feitas, ou pela Repartição ou por artistas por ella considerados habilitados.

Art. 24 — Os artistas considerados habilitados serão inscriptos no quadro official que será affixado na Repartição e nas officinas de aparelhamento, sendo-lhes fornecido o respectivo certificado.

§ 1.º — Os artistas particulares só poderão fazer obras dentro da propriedade lhes sendo vedada a execução de trabalho no trecho externo, isto é, entre o hydrometro e o encanamento da rede geral.

§ 2.º — Os artistas particulares do quadro depositarão no Thesouro, mediante guia da Repartição, uma caução de 100\$000.

Art. 25 — Caso a construção do trecho interno seja feita pela Repartição, as contas serão extrahidas de accôrdo com o estabelecido para os serviços de installações sanitarias.

Art. 26 — Se as obras forem feitas por artistas particulares, devidamente autorizados pela Repartição, estes cumprirão, restrictamente, as disposições do presente Regulamento, sob pena de se lhes não permittir continuar no exercicio de suas funcões.

Art. 27 — O serviço das installações domiciliarias será fiscalizado pela Repartição e, por esta, pôsto á prova, tanto após á primeira installação como depois de estar funcionando e fôr julgado necessario.

§ 1.º — O proprietario é obrigado a substituir o material (encanamentos e torneiras) defeituoso ou improprio, por elle fornecido, e a fazer as modificações e concertos indicados pela Repartição; se a casa não estiver habitada, o supprimento d'agua será fechado até que as modificações e concertos sejam feitos; se a casa estiver habitada e o proprietario não cumprir á ordem no prazo que lhe fôr determinado, a Repartição mandará excutar o serviço por conta do proprietario e providenciara para a cobrança executiva, de accôrdo com a lei.

§ 2.º — Da primeira inspecção do serviço existente será tomada uma summaria nota dos pavimentos servidos, diametros adoptados, numero de torneiras e o que fôr julgado conveniente; esta nota será lançada no livro de termo de responsabilidade.

§ 3.º — Qualquer modificação ulterior nos encanamentos internos e nos registros de passagem juntos aos hydrometros, deve ser communicada á Repartição para ser annotada, sob pena de multa de 20\$000, sendo desfeita ou alterada a obra que não estiver de accôrdo com o Regulamento ou fôr inconveniente ao serviço.

Art. 28 — O proprietario, para mandar excutar o serviço por artista particular, deverá exigir que este apresente o certificado da Repartição, provando que elle pertence ao quadro official de aparelhadores; se o serviço fôr executado por artista extranho ao quadro, o proprietario pagará multa de 50\$000, dobrada em cada reincidencia, além de ser desfeito o serviço irregularmente executado, e o artista nunca poderá entrar para o quadro official, sendo o seu nome inscripto no «quadro dos excluidos».

§ 1.º — O proprietario apresentará á Repartição queixa do aparelhador do quadro official que se revelar incapaz ou deshonesto.

§ 2.º — Quando ficar provada a incapacidade ou a deshonestidade de um aparelhador do quadro, ser-lhe-á cassado o certificado official, restituída a caução e o seu nome será inscripto no quadro dos excluidos.

§ 3.º — O uso de certificados pertencentes a outrem ou falsos, será punido de ac-

côrdo com a lei para casos analogos, sendo preso e processado o delincente.

§ 4.º — Os excluidos por incapacidade, e sómente estes, poderão ser readmittidos após exame pratico.

Art. 29 — O hydrometro, que pertencerá ao governo e será collocado em cada predio ou domicilio, será previamente aferido, registrado e lacrado com o sinete da Repartição.

§ 1.º — Os hydrometros antigos, pertencentes aos proprietarios e ainda aproveitaveis, serão revistos, limpos, aferidos e assentes, correndo as despesas de reparos por conta dos proprietarios.

§ 2.º — Pelo hydrometro pertencente ao Estado, pagará o proprietario a quota mensal de accôrdo com o art. 32, para a devida conservação.

§ 3.º — O resultado das aferições dos hydrometros antigos e novos será registrado em livro especial existente na secção de aguas.

§ 4.º — Na aferição dos hydrometros de precisão, admite-se a tolerancia de 5%.

Art. 30 — No caso de qualquer duvida sobre a exactidão dos hydrometros, o concessionario poderá requisitar a verificação ou conferencia do hydrometro, verificação esta que se fará na presença do engenheiro-chefe do serviço, ou seu representante; as despesas da verificação correrão por conta do governo se o hydrometro não apresentar a exactidão prevista no art. 29; nesse caso, o hydrometro será substituido e far-se-á a deducção na conta do consumo do mez anterior, se a reclamação tiver sido feita nos dez dias subsequentes á entrega da annotação do consumo, deduzindo-se, em todo caso, a differença do mez corrente; se no hydrometro fôr verificada a exactidão regulamentar, o reclamante pagará as despesas da verificação, as quaes são fixadas em 5\$000.

Art. 31 — O hydrometro fornecido pelo governo será collocado gratuitamente, ficando, porém, sob a guarda e responsabilidade do concessionario, o qual pagará o concerto ou damno que elle soffrer.

Art. 32 — As despesas de conservação do hydrometro e de concertos provenientes do gasto no funcionamento, serão feitas pela Repartição, que deverá mantel-o em bom estado, pagando o concessionario, para esse fim, a quota fixa de 500 réis mensaes, quando o diametro do encanamento não exceder 1"; 1\$000 quando fôr superior até 2"; para os diametros eguaes ou superiores a 2", a quota mensal será de 1\$500.

Art. 33 — Qualquer acto praticado no hydrometro com o intuito de fraude ou qualquer outro allegado, que não seja a pintura para conservação exterior, será punido com a multa de 50\$000, paga á bocca do cofre, pelo proprietario, o qual ficará também responsavel pelas despesas dos concertos para restabelecer o regular funcionamento do hydrometro.

Art. 34 — Fica reservado á Repartição o direito de substituir qualquer hydrometro, quando julgar conveniente.

Art. 35 — Quando o hydrometro tiver de ser collocado fóra da casa ou em logar franqueado ao publico, o concessionario é obrigado a mandar fazer uma caixa em que fique encerrado o hydrometro.

Art. 36 — Nos agrupamentos de casinhas com uma só entrada para todas, denominadas «cortiços», e casas de operarios, haverá uma derivação unica, ramificando-se no interior para os diversos compartimentos ou com um poste e torneira no meio do pateo para servidão commum.

Art. 37 — Poderá a Repartição permittir, quando não houver inconveniente, que, na entrada da casa, antes ou depois do hydrometro, o encanamento ramifique para os diversos pavimentos ou compartimentos da mesma casa, habitadas por pessoas que tenham economia separada, contanto que em cada ramal haja um hydrometro, antes de qualquer torneira ou sahida d'agua, sendo pagas tantas taxas quantos fôrem os domicilios ou economias distinctas.

§ unico — Nos predios de dois ou mais pavimentos que tiverem pequeno consumo, poderá a Repartição collocar um só hydrometro, cobrando-se, porém, uma taxa tabellar para cada domicilio ou economia distincta.

Art. 38 — A derivação para os grandes fornecimentos d'agua poderá ser feita em fórmula de ramal, a juízo do engenheiro-director.

§ unico — Os hydrometros para os grandes fornecimentos, por meio de rames, de diametro igual ou superior a 2", serão fornecidos pela Repartição (pelo custo e mais 10%) e por conta do concessionario d'agua, que depositará, previamente, o valor exacto ou approximado do importe; a conservação, o bom funcionamento e a substituição ficarão a cargo da Repartição, de accôrdo com os arts. 28 e 29.

Art. 39 — Os grandes estabelecimentos industriaes que carecerem de reservatorio, terão uma torneira de fluctuador na ponta do cano, para evitar o desperdicio d'agua.

Art. 40 — É prohibido retirar directamente agua dos encanamentos da rede ou suas deriva-

ções por meio de bomba ou qualquer outro systema, para alimentação directa de caldeiras, para obter um maior volume ou qualquer outro fim differente do supprimento, nas condições normaes e previstas.

§ 1.º — Nos casos de alimentação de qualquer machina motriz, caldeira a vapor e outros analogos, deve ser usada a cisterna ou tanque intermediario alimentado com a pressão normal da rede e munido de boia ou fluctuador.

§ 2.º — As irregularidades verificadas serão immediatamente corrigidas, incorrendo o infractor na multa de 50\$000 a 500\$000; no caso de reincidencia ou fraude, a multa será elevada ao dôbro e a Repartição poderá mandar interromper o supprimento extraordinario, que ficará limitado á quota d'agua para o serviço commum do predio, sem direito a reclamação ou indemnização.

Art. 41 — O concessionario só poderá gastar a agua em seu uso ou dos moradores da casa, ou para fim industrial, sem jámais desperdicia-la; não poderá cedel-a a outrem nem deixal-a sahir do predio, casa ou domicilio, em parte ou totalidade, gratuitamente ou por pagamento. Exceptua-se o fornecimento sem ramificação do encanamento, nos seguintes casos:

1.º — falta d'agua no dicticto, proveniente de concerto no conducto ou outro motivo aceito pela Repartição;
2.º — extinção de incendio;
3.º — cessão a outro concessionario vizinho em cujo predio o encanamento não funcione por qualquer defeito; neste caso o concessionario que soffrer a falta d'agua, deverá pedir ou mandar fazer o concerto, dentro de três dias.

§ 1.º — No caso de desvio d'agua para fóra do predio e fornecimento gratuito a pessoas estranhas a este, o infractor incorrerá na multa de 50\$000, que será elevada ao dôbro na reincidencia.

§ 2.º — Nos casos de venda d'agua e de desvio por meio de ramificação clandestina, para fornecimento gratuito ou vendavel, o infractor incorrerá na multa de 100\$000 e pagará o duplo da taxa pela contribuição relativa ao semestre dentro do qual se verificar a infracção; a ramificação ou derivação clandestina será immediatamente inutilizada.

Art. 42 — Os encanamentos, hydrometros, torneiras e demais aparelhos serão examinados de tempos a tempos pelos fiscaes das installações d'agua, não só para se verificar o bom funcionamento delles, como também as infracções das disposições deste Regulamento.

Art. 43 — Os concessionarios são obrigados a mudar, immediatamente, qualquer encanamento, torneira ou aparelho estragado ou julgado inconveniente, de modo que a agua não seja desperdiciada e sim utilizada para o fim contractado, sob pena de se ser fechada a derivação.

Art. 44 — Quando se der qualquer interrupção ou diminuição no fornecimento d'agua a qualquer casa, o consumidor deverá, immediatamente, prevenir a Repartição.

Art. 45 — A fim de providenciar sobre qualquer accidente no serviço geral, nos casos de incendio e para attender ás reclamações do serviço domiciliario, a Repartição manterá uma turma de socorro durante a noite e aos domingos e feriados.

Art. 46 — A contribuição do serviço de aguas será paga sempre integralmente, por semestre, adeantado, mesmo que o gasto não atinja a quantidade maxima estabelecida para o predio.

§ 1.º — No caso do predio ficar fechado e completamente desoccupado, o proprietario requererá, se quizer, que o registro de entrada seja fechado ou que, além disto, seja também retirado o hydrometro.

§ 2.º — O valor da taxa no tempo decorrido sem fornecimento, será descontado no semestre seguinte, quando fôr o supprimento restabelecido; se este tempo fôr inferior a 30 dias, nenhum desconto se fará; o excedente em dias de um multiplo de trinta dias será contado como um mez a mais de supprimento.

§ 3.º — O restabelecimento do supprimento d'agua ou reabertura do registro-fecho não é considerado nova «ligação» ou «derivação», e não está sujeito á cobrança da quota a que se refere o art. 19; a reabertura do registro-fecho será requerida por escripto e o proprietario pagará 5\$000 por este serviço; caso o hydrometro tenha sido retirado a seu pedido, pagará mais 5\$000 pela sua recolocação; estas quotas não estão sujeitas ao imposto adicional.

§ 4.º — No caso de reconstrução de predio, o supprimento continuará a ser feito nas condições normaes; as modificações ultteriores na derivação e na collocação do hydrometro serão feitas pela Repartição, a custa do proprietario.

§ 5.º — No caso de reconstrução de um predio, modificando o valor locativo, as

taxas serão alteradas, de accôrdo com este, no semestre seguinte, sem levar em consideração a differença nos mezes decorridos sob as condições anteriores do mesmo predio.

§ 6.º — No caso de reconstrução de predios, reduzindo ou aumentando o numero dos anteriormente existentes, as derivações serão executadas ou modificadas pela Repartição, á custa do proprietario, e as taxas serão cobradas no semestre seguinte, de accôrdo com as novas condições, sem levar em consideração a differença nos mezes decorridos sob as condições anteriores dos mesmos predios.

Art. 47 — Será, em absoluto, prohibida a derivação d'agua tirada directamente das canalisções principais que alimentam as malhas districtos, desde que existam canalisções de menor diametro, situadas no mesmo local; não existindo estas, ou se achando em máo estado, a Repartição mandará estabelecer-as ou substitui-las.

§ 1.º — Nos casos, porém, em que seja possível substituir-se a collocação de uma ventosa por uma unica ligação domiciliar, será preferivel que essa ligação se faça:

a) — para um tanque de lavagem automatica dos esgotos;
b) — para um estabelecimento publico fronteiro.

§ 2.º — Não havendo possibilidade de excutar o serviço de accôrdo com qualquer dos dois casos previstos nas alíneas do § 1.º, a ligação será feita para um predio particular, sendo preferido o de maior altura.

Art. 48 — Nos quinze primeiros dias de cada mez, a Repartição mandará tomar nota, em cada propriedade, do consumo d'agua do mez anterior e até aquella data, conforme indicar o respectivo hydrometro, e do resultado dará communicação por escripto, ao consumidor.

Art. 49 — As reclamações sobre a nota de consumo d'agua e exactidão do hydrometro deverão ser feitas dentro de 8 dias (á Repartição), contar do dia em que fôr annotado o consumo, sob pena de se essa nota considerada incontestada.

Art. 50 — O pagamento do excesso do consumo de cada semestre e a taxa de conservação do hydrometro serão cobrados, conjunctamente com a contribuição do semestre a vencer, de accôrdo com o art. 46.

§ 1.º — Verificado pelos engenheiros Repartição que qualquer pessoa, no intuito de prejudicar o concessionario, abre as torneiras para perder agua inutilmente, o engenheiro-director poderá mandar fechar provisoriamente a penna d'agua no predio em que habitar essa pessoa, até que indemnisar o proprietario do que tiver pago ao Estado pelo prejuizo causado.

Art. 51 — Nenhum direito terá o concessionario a eximir-se do pagamento do minimo consumo e conservação do hydrometro sob a allegação de ter estado fechada a casa.

Art. 52 — Quando o fiscal do consumo d'agua encontrar a casa ou estabelecimento fechado na occasião em que fôr tomar nota, voltará segunda vez a concluir o seu trabalho mensal e, se ainda encontrar fechada a casa ou estabelecimento, notará o minimo, levando-se em conta, no mez seguinte, qualquer differença para mais.

Art. 53 — Os agrupamentos «cortiços» quadros de casinhas com uma ou mais torres communs no pateo, pagarão pelo que indicará o hydrometro de cada grupo.

Art. 54 — Qualquer damno, contaminação directa ou indirecta d'agua, fraude ou modificação ocasionados nos hydrometros, hydrantes, canalisções geraes ou derivações, em casos não previstos neste Regulamento, sejam propostas inadvertidas ou tentativas provadas, sujeita o infractor (empresas, companhias ou particulares) á multa de 50\$000 a 200\$000 e aos pagamentos do concerto e do consumo d'agua provavel resultante da fraude.

§ 1.º — Considera-se tentativa de fraude o quebraamento do sello do hydrometro.

§ 2.º — Quando a infracção se der dentro da propriedade, o proprietario, em primeiro recurso, responde pela infracção.

§ 3.º — As empresas, companhias ou patrones, de um modo geral, respondem pelas infracções causadas pelos seus subordinados, quando praticadas a serviço daquelles.

§ 4.º — Embora o pagamento das multas e das despesas sobrevenientes a qualquer irregularidade seja feito pelos proprietarios ou pelos patrones, a Repartição, a pedido dos mesmos, promoverá a prisão dos que propositalmente procurarem as infracções no intuito de prejudicar os responsaveis pelo serviço.

Art. 55 — Nos estabelecimentos em que o fornecimento d'agua fôr gratuito ou cobrado a abatimento, todos os trabalhos de conservação correrão por conta dos respectivos estabelecimentos.

Art. 56 — A collocação progressiva de

antes para a extinção dos incendios será feita pela Repartição, ouvida a direcção do Corpo de Bombeiros.

Art. 57 — A agua do abastecimento potavel não será empregada na irrigação das ruas, competendo à Prefeitura providenciar para que esse serviço seja feito com agua de outras proveniências: subsolo, açudes, etc.

§ unico — É facultado ao consumidor utilizar a agua paga por medida e destinada ao consumo do prédio para lavagem dos «passeios» das ruas e a irrigação na frente da sua morada.

TITULO III

Esgotos sanitarios

Art. 58 — O serviço de esgotos sanitarios comprehendendo: o serviço da rede geral (collectores, estação de districto, etc.), e o serviço das ramificações e installações domiciliarias; as ramificações domiciliarias comprehendem o trecho interno da dentro da propriedade, e o trecho externo, ou a via publica. O trecho interno, comprehendendo a «peça radial» ou, em lugar desta, a curva com inspecção ou a «caixa de entradas», no «passeio» da rua.

Art. 59 — Os serviços da rede geral e os do trecho externo das ramificações domiciliarias serão executados pela Repartição, por conta do Estado. Os serviços do trecho interno das ramificações domiciliarias e os das installações nos edi-

fícios serão executados exclusivamente pela Repartição, por conta dos proprietarios, ficando a cargo destes todas as despesas necessarias para a execução dos trabalhos.

§ unico — O governo poderá, quando julgar conveniente, adoptar um apparelho disconnector, assentado pela Repartição, no qual descarreguem os apparelhos de lavagem (banheiros, lavatorios, lavanderias) que, nesse caso, poderão ser assentados por apparelhadores autorizados, de accordo com as disposições regulamentares que forem prescriptas.

Art. 60 — Os serviços de excavação, fundações, sondagens, installações de encanamentos ou de outros quaisquer conductores, no sob-solo, a distancia de um metro ou menos das canalizações dos esgotos, não poderão ser feitos sem prévia autorização da Repartição.

Art. 61 — As plantações de arvoredos, nas vias publicas e nas propriedades, serão feitas de modo a não causarem damno ao serviço de esgotos. Desde que se verifique damno, serão as arvores abatidas ou removidas, correndo as respectivas despesas, de concerto do esgoto e de remoção das arvores, por conta de quem as houver plantado.

Art. 62 — Todos os predios existentes e que vierem a ser construidos dentro do perimetro da rede geral e suas extensões, depois de providos de agua, de accordo com os arts. 11 e 18, serão

dotados de uma installação essencial de esgotos, a saber:

- A) — o ramal (trechos externo e interno) formado, normalmente, de tubos e peças especiaes de 4 pollegadas de diametro, com declividade superior a 30 millimetros por metro (em casos excepcionaes, 25 millimetros); estes tubos serão de grés ou «manilhas», quando o ramal estiver fóra da habitação e em boas condições de protecção contra os accidentes; serão de ferro fundido, ou de manilhas envolvidas por concreto, quando atravessarem as habitações e quando não estiverem sufficientemente protegidos;
- B) — o tubo de queda e a chaminé de ventilação, que serão de ferro fundido, galvanizado ou pintado;
- C) — a latrina e caixa de descarga;
- D) — a pia de lavagem de utensilios, que póde ser acompanhada ou substituída por um vasadouro de aguas servidas;
- E) — a caixa de gordura, recebendo as aguas gordurosas provenientes das pias e dos vasadouros (quando existam cozinhas nos predios);

§ unico — A installação de esgotos será considerada completa se contiver outros apparelhos sanitarios prescriptos pela hygiene, em quantidade e especie, de accordo com o prédio e a sua função, ou requisitados pelos proprietarios para

o seu conforto, a saber:

- a) — apparelhos de ejectos, como sejam: latrinas, mictorios, escarradeiras;
- b) — apparelhos de lavagem, como sejam: os banheiros (obrigatorios nas casas de moradia nocturna), os bidets, os lavatorios, as pias, as lavanderias.

Art. 63 — Nas novas installações domiciliarias será aproveitado, a juizo da repartição, o material antigo que estiver em boas condições, quanto ao typo, á qualidade e á conservação; o material não aproveitado será retirado pelo proprietario ou pela Repartição, por conta deste, sem direito a reclamação ou indemnização.

§ unico — Uma vez feita a installação nova de accordo com o presente Regulamento, o governo não exigirá a substituição ulterior de canalizações e apparelhos, desde que estejam em bom estado de conservação e funcionem satisfactoriamente, ainda que sejam prescriptos typos e processos mais perfeitos para os novos serviços.

Art. 64 — A Repartição, por intermedio da secção de esgotos, fará levantar as plantas dos predios existentes, para, sobre elles, projectar o serviço sanitario, ficando o proprietario obrigado a executar á sua custa as modificações indicadas pela Repartição, para a situação dos gabinetes respectivos, em planta e altitude.

(CONTINUA)

Secção Livre

Concordata providenciada requerida pelo comerciante Manoel Souto, na cidade de Campina Grande.
— AVISO AOS CREDITORES —

Lino Fernandes de Azevedo, Francisco Affonso & C^a e Ildefonso Ayres, commissarios nomeados na concordata preventiva proposta pelo comerciante Manoel Souto, da cidade de Campina Grande, do Estado da Parahyba do Norte, avisam aos credores que se acham á sua disposição, nos dias uteis, no estabelecimento do concordatario á Praça Epitacio Pessoa, n. 1, nestas mesmas cidades, onde attendem, de 9 ás 11 horas, aos mesmos credores e interessados, e receberão qualquer reclamação. Campina Grande, 26 de abril de 1926. Lino Fernandes de Azevedo, Francisco Affonso & C^a, Ildefonso Ayres.

(2-10)

Associação dos Empregados no Comercio — assembleia geral — convocação unica — De ordem do sr. presidente, são convidados todos os socios em pleno gozo dos seus direitos, a tomar parte na sessão de

eleição para os cargos vagos de thesoureiro e 2º secretario, a realizar-se no dia 25 do corrente (domingo), ás 13 horas, no Palacete da Academia de Commercio «Epitacio Pessoa», á praça Venancio Neiva. Secretaria 24 de abril de 1926. F. A. Bezerra Junior, secretario.

(2-2)

Companhia de Teledados Parahybana — São convidados os srs. debenturistas da série primeira A, a virem, receber em seu escriptorio á rua Barão da Passagem n. 60, 1º andar, os juros correspondentes ao primeiro semestre deste anno, do dia 30 do corrente em diante. Parahyba, 22 de abril de 1926. Virgilio Vellozo Borges, director-secretario.

(2-3)

Agradecimento — A. E. Hayes e familia, sinceramente agradecem por intermedio deste, as pessoas amigas que os visitaram durante os dias que passaram enfermos.

(2-3)

Aviso ao Comercio — Para os devidos fins avisamos ao commercio desta praça e de Campina Grande ter sido demittido dos ser-

Desembargador Vieira de Mello

1.º anniversario



Edmundo Lins Vieira de Mello, esposa e filhos residentes no Engenho Taipú, tendo de mandar celebrar missas ao alma do seu saudoso pae, sogro e avô, **desembargador Laureano Bezerra Vieira de Mello**, pelo primeiro anniversario ao seu fallecimento, na Matriz de S. Miguel de Taipú, no dia 30 do corrente (sexta-feira), ás 8 horas da manhã, convidam aos parentes e pessoas amigas que queiram assistir a esse acto de religião e caridade, agradecendo anticipadamente aos que comparecerem.

(5-30)

viços do Lloyd Brasileiro o sr. Eugenio Pinto Smith, em virtude de graves irregularidades praticadas como representante da Companhia em

(1-3)

Tenha Sempre em vista Poupar os seus Rins

Quando se tenha GRIPPE ou INFLUENZA, FEBRE, ERYSIPELA, etc., convém não usar dios irritantes da classe do **Quinino** e se vados, sob cuja acção os Rins vão se dando lugar aos ataques de **Uremia**. Quem conhece os efeitos da **"CASSIA VIRGINICA"**, remedio tónico-calmente-antifebril e diuretico, não encontra nenhum outro que lhe satisfaga.

Se V. S. não pode dar attenção hoje a essa verdade, amanhã talvez seja demasiado tarde para attender.

A venda em qualquer pharmacia

FLUXO-SEDATINA



REGULADOR E CALMANTE DAS SENHORAS

Combate as COLICAS UTERINAS em 2 horas. Actua rapidamente nas inflamações do UTERO e dos OVARIOS. A «FLUXO-SEDATINA» é de acção prompta e eficaz em todos os casos de suspensões e irregularidades, REGRAS EXCESSIVAS, faltas de regras, REGRAS DOLOROSAS, contimentos, CATARRHO DO UTERO, fiores brancas e accidentes da EDADE CRITICA.

Nos PARTOS é um poderoso auxiliar, porque facilita, diminui as dores e EVITA as HEMORRAGIAS.

A «FLUXO-SEDATINA» é usada com optimos resultados nos hospitais e maternidades, dando sempre RESULTADOS CERTOS.

Licenciado pelo D. N. de S. P., sob n. 7.662, em-6-1915

VIGOGENIO

O fortificante maximo para todas as edades

Combate a ANEMIA, falta de memoria, CANSACO, perda de phosphatos e é sempre, aconselhado aos CONVALESCENTES para recuperarem a vitalidade e ENGORDAR.

Com o uso do VIGOGENIO, no fim de 20 dias, nota-se:

- 1.º — Levantamento geral das forças, com volta do appetite.
- 2.º — Desapparecimento completo da depressão nervosa, do emaciamento e da fraqueza de ambos os sexos.
- 3.º — Aumento de peso, variando de 1 a 3 kilos.
- 4.º — Completo restabelecimento dos organismos enfraquecidos, ameaçados de tuberculose.
- 5.º — Maior resistencia para o trabalho physico e augmento dos globulos sanguineos.

Licenciado pelo D. N. de S. P., sob n. 197, 15 de março de 1921

DENTALOSE



O remedio ideal para a dentição

Receitado e aconselhado pela maioria dos medicos do sul ao norte do paiz. Base: Pepsina, Phosphato, Calcio e Lactose. Emprega-se para corrigir os males communs na primeira infancia, como sejam: Colicas, Vomitos, Insomnias, Diarrheas, Indisposição, etc.

Fortifica e engorda a criança

ENCONTRA-SE EM TODAS AS PHARMACIAS E DROGARIAS

PREÇO AO ALCANCE DE TODOS

GASTROGENO

DIGESTIVO COMPLETO

Empregado com exito seguro nos casos de

DYSPEPSIAS ENTERITES

PERTURBAÇÕES GÁSTRICAS CONVALESCÊNCIAS E ETC.

GRANADO & C^a - R. 1.º de MARÇO, 14, 16 e 18 RIO

Uma Chamada Urgente



Sofre torturas com fortes e penosas dores nas costas? Sente dores agudas como golpes de faca? São os seus rins que pedem auxilio. Homens e mulheres, cujo trabalho os obriga a ficar de pé a maior parte do tempo, soffrem quasi sempre da debilidade dos rins. Excessos, bebidas alcoolicas, falta de hygieno, resfriados, molestias infecciosas e certas comidas podem causar graves transtornos no funcionamento dos rins devido ao augmento do acido urico e á sua retenção no organismo. A dor nas cadeiras é geralmente o primeiro symptoma. As vezes tambem se sente dor no cabego, nervosia e irregularidades urinaes. Não deixe que appareçam males mais sérios. Tomar as **PILULAS DE FOSTER** ao sentir aquelles symptomas é prestar aos rins um auxilio opportuno e livrar-se de sérias enfermidades.

PILULAS DE FOSTER

— PARA OS RINS —

A venda em todas as Pharmacias

A importancia da lubrificação correcta

Com a applicação de um typo de oleo recommendado pela **VACUUM OIL COMPANY**, fica resolvido o grande problema de bom funcionamento de suas machinas ou do seu automovel. Quereis pois, a tranquillidade? O bom trabalho de sua machina e a durabilidade da mesma? Não procurem um typo de oleo pelo factor preço, mas, deves dar a maior importancia á qualidade e grão justo, com caracteristica correcta e adequada ao systema de lubrificação da machina a lubrificar.

Guie-se pelas nossas tabellas de recommendações, procurando sempre oleos da **VACUUM OIL COMPANY**.

Hermenegildo T. Cunha. (Sub-agente). Rua Maciel Pinheiro, 7, Parahyba.

Dr. O. E. Joffily Pereira

MEDICO

Consultorio — PHARMACIA BRASIL

Residencia — RUA PHILIPÉA, 269.

(2-15)

Editaes

EDITAL — O doutor Antonio Alfredo da Gama e Mello Filho, juiz de direita da comarca de Areia, em virtude da lei, etc. Faz saber que, iniciando-se o inventario dos bens que ficaram por fallecimento de Francisco Silvestre de Maria, verificou-se do titulo de herdeiros residir em lugar incerto e não sabido a herdeira Valdevina Maria da Conceição; e não convido retardar o feito, que tem sua marcha regular e abreviada, mandei que se passasse o presente, pelo qual cito a referida herdeira, por si ou por seu procurador, para assistir o proseguimento do feito até final sentença, designado para o dia vinte e um do mez de maio proximo vindouro e do corrente anno, pelas doze horas da manhã, na sala das audiencias. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei passar o presente edital, que será affixado no logar publico e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade de Areia, em dezoito de abril de mil novecentos e vinte e seis. Eu, Manuel Pires Patricio da Costa, escrevão que escrevi e subcrevo (assignado) — Antonio

Dr. Tito de Mendonça

Cirurgia geral, partos e molestias de senhas.

Consultorio e residencia: RUA RIACHUELO, 171.

Consultas — das 13 ás 16 horas, diariamente.

GASTRICOL



Para as Doenças do ESTOMAGO
Colicas. Empachamento. Falta de Appetite. Enjão do mar. Enjão da gravidez. Palpitações. Enxaquecas. Vomitos. Tonturas. Gases. Prisão de ventre. Mal estar depois da comida etc.
De effecto infallivel nas molestias do **Figado, Baço e Intestinos**.
UM MILHÃO DE CURAS!
Ao alcance de toda algebrista.
Premiado com MEDALHA DE OURO na Exp. Inter. de Roma 1923.
App. D. N. S. P. em-9-6-1916

"Notas sobre terrenos de marinha"

A viúva do dr. Antonio de Vasconcellos Paiva avisa a quem interessar que vende em sua residencia, á rua Barão da Passagem n. 398, o livro «Notas sobre terrenos de marinha» da lavra daquelle saudoso conterraneo.

(3-15)

Alfredo da Gama e Mello Filho. Era o que se continha em dito edital, que fielmente copiei do proprio original em meu poder e cartorio ao qual me reporto e dou fé Cidade de Areia, em dezoito de abril de mil novecentos e vinte e seis. Eu, Manuel Pires Patricio da Costa, escrevão que escrevi e subcrevo. O escrevão—Manuel Pires Patricio da Costa.

(1-3)

(4-4)

Companhia Industrial

Silveira Machado S/A

RUA DE S. BENTO 19 — RIO DE JANEIRO

SACCOS, ANIAGEM, CORDAS, E BARBANTES.

ESTOPA PARA ENFARDAR ALGODÃO,
SACCOS PARA CAROÇO, PARA CAFÉ,
MILHO, SAL, CÔCO ETC. ETC.

Agentes e Depositarios: ORESTES BRITTO & COMP.

Rua Maciel Pinheiro 77 — PARAHYBA DO NORTE

